



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Administrativo nº 497/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura total (100% da Tabela FIPE), assistência 24 horas e garantias complementares, destinados aos veículos oficiais das Secretarias Municipais de Educação, Esporte e Lazer e Saúde do Município de Maragogipe/BA.
- 1.2. A contratação será processada por lotes distintos, conforme estrutura definida no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 18/2025, respeitando as características e finalidades específicas de cada frota.
 - 1.2.1. Lote 1 – Frota da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer: Composta por ônibus e micro-ônibus escolares, caminhonetes e veículos administrativos utilizados no transporte de estudantes, servidores e equipes pedagógicas.
 - 1.2.2. Lote 2 – Frota da Secretaria de Saúde: Composta por ambulâncias, veículos de transporte de pacientes, caminhonetes e utilitários vinculados aos serviços de saúde e transporte sanitário.
- 1.3. A contratação tem como finalidade principal garantir a proteção patrimonial e a continuidade dos serviços públicos essenciais, reduzindo prejuízos decorrentes de sinistros, furtos, roubos, incêndios e danos a terceiros.
- 1.4. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura e da emissão das respectivas apólices, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo, conforme o art. 57, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A presente contratação tem por finalidade garantir cobertura securitária integral para todos os veículos pertencentes à frota das Secretarias Municipais de Educação, Esporte e Lazer e Saúde do Município de Maragogipe/BA, conforme levantamento constante do DFD nº 18/2025.
- 4.2. A contratada deverá apresentar apólice de seguro total (100% da Tabela FIPE) para cada veículo listado, contemplando as seguintes coberturas mínimas obrigatórias:
 - 4.2.1. Cobertura de casco (compreensiva): colisão, incêndio, furto, roubo e danos causados por fenômenos da natureza (enchentes, vendavais, queda de objetos etc.);
 - 4.2.2. Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Materiais (RCF-DM): cobertura mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - 4.2.3. Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Corporais (RCF-DC): cobertura mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - 4.2.4. Acidentes Pessoais por Passageiro (APP): cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro transportado, incluindo morte ou invalidez permanente;
 - 4.2.5. Despesas Médicas e Hospitalares (DMH): cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
 - 4.2.6. Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, com reposição de peças originais ou equivalentes;
 - 4.2.7. Assistência 24 horas em todo o território nacional, incluindo:
 - a) guincho e reboque ilimitado;
 - b) socorro mecânico e elétrico;
 - c) serviço de chaveiro;
 - d) hospedagem, transporte alternativo e carro reserva por, no mínimo, 30 (trinta) dias em caso de sinistro.
- 4.3. A franquia deverá ser reduzida, com valor no mínimo 50% menor que a franquia padrão praticada pela seguradora, ou a franquia padrão, quando tecnicamente justificável e devidamente informada na proposta, sempre compatível com as coberturas exigidas neste Termo de Referência.
- ~~4.4. As apólices deverão ser emitidas em nome do Município de Maragogipe/BA, com indicação da Rua Durval de Moraes, 06 – Centro – CEP. 44.420-000 – (75) 3526-1652 – Maragogipe – Bahia~~



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIPE

Secretaria responsável pela guarda do veículo e do CNPJ da Prefeitura Municipal, devendo conter:

- 4.4.1. Identificação individual de cada veículo (marca, modelo, ano, placa, chassi e valor segurado);
- 4.4.2. Período de vigência de 12 (doze) meses;
- 4.4.3. Coberturas contratadas e respectivos valores de prêmio e franquia;
- 4.4.4. Cláusula de cobertura nacional e validade em todo o território brasileiro;
- 4.4.5. Condições gerais e especiais anexas, devidamente autenticadas.
- 4.5. A emissão das apólices deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas em edital.
- 4.6. A contratada deverá comprovar, na fase de habilitação, autorização de funcionamento emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), além de comprovar experiência anterior no ramo de seguro veicular para órgãos públicos.
- 4.7. Deverá ser comprovada a existência de rede credenciada de oficinas e pontos de atendimento em um raio máximo de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) do Município de Maragogipe/BA, garantindo cobertura regional e eficiência na prestação dos serviços.
- 4.8. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, por telefone e e-mail, para comunicação de sinistros, solicitações de assistência e acompanhamento de apólices.
- 4.9. Todos os encargos incidentes sobre o objeto (tributos, taxas, seguros, despesas administrativas e trabalhistas) deverão estar incluídos no valor proposto, não sendo admitido qualquer acréscimo posterior.
- 4.10. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades legais.

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo De Execução Do Objeto

5.1. Condições De Entrega:

- 5.1.1. A execução do contrato dar-se-á mediante emissão de apólices de seguro individuais ou coletivas, conforme estrutura operacional da seguradora vencedora, abrangendo integralmente os veículos descritos no DFD nº 18/2025 e constantes dos Lotes 1 e 2 deste Termo de Referência.
- 5.1.2. A contratada deverá emitir as apólices no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, observando as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.
- 5.1.3. As apólices e comprovantes de cobertura deverão ser entregues à Secretaria demandante correspondente (Educação ou Saúde), acompanhados de:
 - a) relação dos veículos cobertos, com dados completos (placa, modelo, chassi e valor segurado);
 - b) cópia integral das condições gerais e especiais do seguro;
 - c) comprovante de registro da apólice junto à SUSEP.
- 5.1.4. A cobertura passa a vigorar a partir da emissão das apólices, nos termos deste TR e da apólice.
- 5.1.5. O prazo de vigência da cobertura será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da apólice, podendo ser renovado mediante termo aditivo, conforme o art. 57, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.6. A contratada deverá assegurar que todas as coberturas estejam ativas desde o primeiro dia de vigência, sendo responsável por quaisquer prejuízos decorrentes de falhas, omissões ou atrasos na ativação do seguro.
- 5.1.7. As apólices deverão ser encaminhadas em meio físico e digital (PDF), com autenticação eletrônica, devendo permanecer arquivadas junto ao processo administrativo.
- 5.1.8. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação 24 (vinte e quatro) horas, por telefone e e-mail, para atendimento de ocorrências, sinistros, dúvidas e acionamentos de assistência.
- 5.1.9. O acompanhamento e a conferência das apólices serão realizados pelo Gestor e Fiscal do Contrato, designados por portaria, que deverão atestar o cumprimento das condições de entrega antes da autorização de pagamento.
- 5.1.10. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional, qualquer documento ou apólice emitida com erro de informação, omissão ou divergência em relação às especificações deste Termo de Referência.

6. Modelo de Gestão do Contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.2. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6.2. Fiscalização

6.6.2.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 28/ 2023);

6.6.2.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.6.2.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. Gestor do Contrato

6.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas:

a) Recebimento provisório, referente à entrega das apólices, mediante conferência formal dos documentos emitidos;

b) Recebimento definitivo, após a verificação da conformidade das coberturas e vigência efetiva das apólices.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

7.1.2. O recebimento provisório será atestado pelo Fiscal Técnico do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega das apólices e demais documentos exigidos.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a comprovação de:

- a) validade das apólices e registro junto à SUSEP;
- b) inclusão de todos os veículos relacionados no DFD e neste Termo de Referência;
- c) conformidade das coberturas contratadas com as especificações deste instrumento;
- d) ativação plena da cobertura e disponibilidade dos canais de atendimento 24 horas.

7.1.4. Caberá ao Gestor do Contrato, com base no relatório do Fiscal Técnico, emitir o Termo de Recebimento Definitivo, que servirá de base para o atesto da nota fiscal e a liberação do pagamento.

7.1.5. O recebimento não exime a contratada de responder por vícios, falhas ou irregularidades que venham a ser constatadas posteriormente, dentro do prazo de vigência do contrato ou das apólices.

7.1.6. Caso seja identificada qualquer inconsistência na apólice ou nas condições de cobertura, o Município notificará a contratada, que deverá corrigir a irregularidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas em edital.

7.1.7. Somente após o recebimento definitivo e atesto da fiscalização será autorizado o pagamento, observando-se as demais condições financeiras previstas neste Termo de Referência.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.2.3.1. o prazo de validade;
- 7.2.3.2. a data da emissão;
- 7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.2.3.5. o valor a pagar; e
- 7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento do prêmio do seguro será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato.

7.3.2. O prazo máximo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto da nota fiscal, desde que atendidas todas as condições contratuais, documentais e fiscais exigidas.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

7.4. Forma de pagamento

- 7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. A seleção da proposta será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos dos arts. 28, inciso II, e 56 da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto Federal nº 10.024/2019, adotando-se o sistema eletrônico de disputa de lances, de modo a assegurar a competitividade e a transparência do certame.
- 8.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço por Lote, considerando o valor total do prêmio anual ofertado para cada grupo de veículos (Lote 1 – Educação; Lote 2 – Saúde).
- 8.1.3. Será considerada vencedora, em cada lote, a empresa que apresentar menor valor global anual, desde que sua proposta esteja em conformidade com todas as exigências deste Termo de Referência, do edital e da legislação aplicável.
- 8.1.4. Na hipótese de empate entre propostas, aplicar-se-ão os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a prioridade para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.1.5. O pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante melhor classificado, buscando a obtenção de preço mais vantajoso para a Administração, nos termos do art. 56, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.6. A análise da proposta vencedora incluirá a verificação da compatibilidade dos valores ofertados com as coberturas exigidas, bem como a capacidade técnica e regularidade da seguradora junto à SUSEP.
- 8.1.7. As propostas deverão contemplar todos os custos e encargos incidentes, inclusive tributos, taxas, seguros, despesas administrativas e operacionais, sendo vedado qualquer acréscimo posterior.
- 8.1.8. O julgamento das propostas observará os princípios da isonomia, transparência, eficiência e economicidade, garantindo que a contratação atenda ao interesse público de forma vantajosa e segura.

8.2. Forma de fornecimento

- 8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.2. Habilitação jurídica

- 8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, ~~pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;~~



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4 Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Para habilitação, as licitantes devem comprovar capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação — seguro veicular para frota pública — por meio de atestado(s) de capacidade técnica.

8.5.2. Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, claramente identificados com nome, CNPJ, data, assinatura e telefone, e conter, no mínimo:

a) descrição clara do serviço de seguro prestado (ex: "prestação de seguro automotivo / seguro de frota")

b) período em que o serviço foi executado

c) quantidade aproximada de veículos segurados ou valor da cobertura

d) declaração de que o serviço foi realizado de forma satisfatória

8.5.3. A licitante deve apresentar pelo menos um atestado referente a serviço de seguro de veículos (individual ou frota) que possua relevância em relação ao objeto — isto é, seguro de automóveis ou frotas, não qualquer seguro genérico.

8.5.4. As licitantes também devem comprovar que possuem autorização válida da SUSEP para operar no ramo de seguros de veículos automotores, bem como consulta pública (on-line) que demonstre que estão regulares e ativas perante a SUSEP.

8.5.5. Deve haver comprovação de estrutura operacional compatível com o objeto, mediante apresentação de:

a) lista de oficinas, oficinas credenciadas ou pontos de atendimento no raio máximo de 150 km do município, isto é razoável para garantir cobertura local

b) canal de atendimento 24 horas, com guincho, socorro mecânico, chaveiro e carro reserva

c) indicação de responsável técnico ou equipe técnica com formação e experiência no ramo de seguros

8.5.6. A licitante declarará, sob as penalidades da lei, que dispõe de infraestrutura tecnológica e operacional adequada para emissão de apólices, gestão de sinistros e atendimento às demandas do contrato público.

8.5.7. A Administração poderá, se julgar necessário, requerer diligência ou vistoria para confirmar a veracidade dos documentos ou a regularidade técnica da licitante.

8.5.8. O não atendimento a qualquer dos requisitos mínimos indicados neste item implicará inabilitação da licitante, conforme previsto no edital e na Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 210.748,36 (duzentos e dez mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme planilha abaixo:

VEICULOS GRANDES SEDUC					
ITEM	VEÍCULO	UND	Q U A N T.	CATSER	PAINEL
1	VW/MASCA GRAN MIDI U - ONIBUS, PLACA GCC 4E07 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 2.945,00
2	VW/MASCA GRAN MIDI U - ONIBUS, PLACA GKE 7A54 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
3	VW/MASCA GRAN MIDI U - PLACA GHU 3F84	UND	1	30127	R\$ 7.950,00



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIFE

	CHASSI				
4	RENAULT/MREVESCAP L3I62- PLACA RPM7C81 CHASSI93YF6200XPJ316711	UND	1	30127	R\$ 11.250,00
5	RENAULT MASTER L3 VRIO P - PLACA RPV 8J15 CHASSI 93YF62006RJ610013	UND	1	30127	R\$ 7.950,00
6	MARCOPOLO/VOLARE V8L EO- ONIBUS PLACA RPE 7B16 CHASSI 93PB54M10NC068072	UND	1	30127	R\$ 11.250,00
7	MARCOPOLO/VOLARE V8L EO- ONIBUS PLACA RPD 8176 CHASSI 93PB54M10NC068073	UND	1	30127	R\$ 12.870,48
8	MARCOPOLO/VOLARE V8L EO- ONIBUS PLACA RPD 0C89 CHASSI 93PB54M10NC068066	UND	1	30127	R\$ 2.945,00
9	ONIBUS AMARELINHO PLACA NTL 2925 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
10	ONIBUS AMARELINHO PLACA OLD 9411 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 5.227,90
11	ONIBUS AMARELINHO PLACA NZE 4212 CHASSI 9532882W4BR170454	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
12	ONIBUS AMARELINHO PLACA PKP7905 CHASSI 9BM384069HB049321	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
13	ONIBUS AMARELINHO PLACA OZN 2085 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
14	ONIBUS AMARELINHO PLACA NZE9771 CHASSI 9532882W3BR170137	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
15	ONIBUS AMARELINHO PLACA OLD5739 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 6.587,00
16	ONIBUS AMARELINHO PLACA OLD3476 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 6.306,83
17	RENAULT MASTER PRO L3 CAMINHAO PLACA RPD 4F47 CHASSY 93YF6200XPJ230976	UND	1	30127	R\$ 8.756,50
				VALOR DO LOTE	R\$ 121.879,69
VEICULO S PEQUENOS SEDUC					
18	FIAT TORO FRED TURB AT6 PLACA RPH 7C13 CHASSI 9882261RMPKE83820	UND	1	30127	R\$ 8.756,50
19	FIAT TORO ENDUR TURB AT6 PLACA RDP 6A92 CHASSI 9882261PJNKE16232	UND	1	30127	R\$ 8.756,50
20	FIAT TORO ENDUR TURB AT6 PLACA RDP 1J31 CHASSI 9882261PJNKE39899	UND	1	30127	R\$ 4.650,00
21	FIAT TORO FREED TURB AT6 PLACA RPH 5J09 CHASSI 9882261RMPKEE84125	UND	1	30127	R\$ 4.650,00
22	FIAT/MOBI EASY - PLACA PLZ 8G45- Fab 2019/Mod. 2020 CHASSI 9BD341A4XLY650253	UND	1	30127	R\$ 5.227,90
23	AMBULÂNCIA FIAT/FIORINO GREENCAR AM- Placa RCR 3F47 - FAB 2020/ MOD 2020 CHASSI 9BG144DK0LC438407	UND	1	30127	R\$ 9.192,33
24	AMBULÂNCIA GM/S10 MARIMAR - PLACA RCO 7H02- Fab 2020/Mod 2020 Chassi 9BG144DK0LC438407	UND	1	30127	R\$ 5.907,45
25	AMBULANCIA RENAULT/MASTER PRO LIHI PLACA RPJ2B68 FAB 2022/MOD 2023 CHASSI 93YF6	UND	1	30127	R\$ 4.650,00
26	AMBULANCIA GM/S10 MARIMAR - PLACA RCO 9E21 - Fab 2020/Mod 2020 CHASSI	UND	1	30127	R\$ 5.227,90



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

	9BG144DK0LC435935				
27	AMBULANCIA RENAULT/MASTER PRO LIH1 PLACA RDR7E83 FAB 2021/MOD 2022 CHASSI 93YMAFEXANJ119592	UND	1	30127	R\$ 5.227,90
28	FIAT/MOBI EASY - PLACA PLZ 2132 - FAB 2019/MOD 2020 CHASSI 9BD341A2XLY637019	UND	1	30127	R\$ 5.843,67
29	AMBULANCIA FIAT/FIORINO GREENCAR AM - PLACA QTX 0B72 FAB 2020/MOD 2021 CHASSI 9BD2651JHL9143380	UND	1	30127	R\$ 5.227,90
30	CAMIONETE FIAT/TORO ENDURANDE ATD4 - PLACA PLZ7F58 FAB 2019/MOD 2020 CHASSI 98882261N6LKC96153	UND	1	30127	R\$ 5.161,36
31	AMBULÂNCIA FIAT/FIORINO HD WKE PLACA PLG 0884 FAB 2019/MOD 2019 CHASSI 9BD2651JHK9117621	UND	1	30127	R\$ 5.161,36
				VALOR DO LOTE	R\$ 83.640,77
VEÍCULO GRANDE SAUDE					
32	AMBULANCIASPRINTER 415- PLACA QTY 4E08 - FAB 2019/ MOD 2019 CHASSI BAC906633KE16854	UND	1	30127	R\$ 5.227,90
				VALOR DO LOTE	R\$ 5.227,90
				VALOR TOTAL DE TODOS OS LOTES	R\$ 210.748,36

9.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado realizado por meio de consultas a três seguradoras de reconhecida atuação no ramo de seguro veicular — MAPFRE Seguros, Porto Seguro e Gente Seguradora —, além de pesquisa complementar no Painel de Preços do Governo Federal (PNCP), em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Durante a pesquisa, constatou-se que as propostas enviadas pelas seguradoras apresentaram divergências na ordem dos veículos e variação de itens entre os lotes, motivo pelo qual optou-se por adotar os valores de referência obtidos no Painel de Preços (PNCP) como base comparativa, por refletirem melhor o preço médio praticado nacionalmente.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.023 - Manutenção das Ações da Secretaria de Educação

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

1550 - Transferência do Salário-Educação

02.13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.064 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE

11.1. Este Termo de Referência é parte complementar do Processo de contratação e possui como apêndice, o Estudo Técnico Preliminar.

Maragogipe - Bahia, 08 de outubro de 2025


ANA CLAUDIA BATISTA BARBOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER - SEDUC.


MILENA MARCELA SANTOS DAS CRUZ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE